

A CIÊNCIA DO ESPÍRITO: ASPECTOS DA IDENTIDADE ESPÍRITA NO MARANHÃO

Carlos Alberto de Carvalho Netto

O aparecimento de um jornal de propaganda espírita provoca sempre: – admiração e medo.

Admiração, naqueles que desconhecendo as belezas morais e a importância e conseqüências filosóficas do espiritismo, o consideram, por má fé ou ingenuidade, como uma perigosa fábrica de **loucos e degenerados**, dignos de piedade e de serem recolhidos às entranhas mudas de algum sombrio e infecto manicômio; medo, naqueles que, unidos ao formidável carro do fanatismo dogmático das seitas antiquadas, só chegaram, por sua miopia espiritual, a descobrir na Nova Revelação, as artimanhas burlescas do demônio e as infantilidades do arcaico e bobo satanás (Riso D'alma, 1911, p. 1).

Este é um trecho do editorial do primeiro número do jornal espírita *Riso D'Alma*, impresso no Maranhão a partir do ano de 1911. Nele, é possível apontar algumas das principais características do processo de construção da identidade espírita – o qual, a presente análise tenta compreender através dos discursos de jornais vinculados ao espiritismo do fim do século XIX para o início do século XX, tomando-os como indícios de tal processo.

1 O OLHAR DO OUTRO

O processo de identificação pode ser entendido sob dois aspectos: a construção que o sujeito faz de si e aquela que ele projeta a partir de e para o outro.

Este outro pode ser compreendido de duas formas. Em um primeiro plano, o outro é aquele que tem o olhar como um espelho para o sujeito. A identidade é construída para que o outro a veja, compreenda-a, aceite-a. A aceitação de si mesmo pelo sujeito depende diretamente da aceitação dada pelo outro. “A identidade surge não tanto da plenitude da identidade que já está dentro de nós como indivíduos, mas de uma falta de inteireza que é ‘preenchida’ a partir de nosso exterior, pelas formas através das quais nós imaginamos ser vistos por outros.” (Hall, 2003, p. 39).

O processo de identificação é também um processo de negação do outro, no momento que se trata de uma afirmação de si. Toda afirmação pressupõe uma negação. Ao afirmar sua identidade, o sujeito nega o outro que ele não é. “Eu sei quem ‘eu’ sou em relação com ‘o outro’ [...] que eu não posso ser.” (Hall, 2003, pp. 40-41). A negação se faz

necessária, pois a identidade é a delimitação de um pretender ser. Afirmando-se como um “eu”, o sujeito nega o outro e, ao negar o outro, o sujeito afirma a si mesmo. A via de mão dupla da construção de identidade caracteriza-a não só como um processo interno ao sujeito, mas também como um processo em andamento de relação entre o sujeito e seu externo, o outro.

Nesse sentido, compreender o processo de construção da identidade espírita requer perceber quais os principais grupos que tomam esse papel de “outro” para o espiritismo. Em destaque, pode-se citar a Igreja Católica, outras práticas espiritualistas e a medicina legitimada (tomando para si o papel da ciência oficial). Antes, entretanto, faz-se necessário conhecer a peculiar situação que o espiritismo assumiu no Brasil durante sua introdução.

2 ESPIRITISMO E SEMÂNTICA

Pretender falar de ‘espiritismo’ no Brasil implica imediatamente colocar-se sobre um terreno minado de ambigüidades, imprecisões e, sobretudo, de polissemias (Giumbelli, 1997a, p. 32).

A palavra “*espiritismo*”, que fora utilizada por Allan Kardec para nomear a doutrina espiritualista que ele mesmo sistematizou, acabou por receber, no Brasil, um alargamento de seu campo de significado, servindo para designar toda e qualquer prática espiritualista (assim como curandeirismos e práticas terapêuticas serão, depois, também associados ao termo), incluindo aí o próprio espiritismo *kardequiano*ⁱ. Desta forma, a generalização do termo espiritismo, que levou a uma agregação das diversas práticas espiritualistas dentro de um só conceito, contribuiu para a construção da identidade espírita no Brasil, de modo que grande parte dos esforços dos espíritas em legitimar sua doutrina kardequiana concentrou-se em diferenciá-la de tudo o mais que era englobado na alcunha de espiritismo.

O que aparentaria ser uma questão de linguagem tornou-se um motivo a mais para os espíritas tentarem alcançar a legitimidade de sua crença, legitimidade essa que seria buscada não só no meio religioso, mas também no meio científico.

“Por volta de 1860, O livro dos espíritos passa a fazer parte da bagagem de viajantes e imigrantes que aportavam no Brasil vindos da França.” (Giumbelli, 1997b, p. 56). Esse momento de introdução do espiritismo no cenário brasileiro é paralelo à entrada de tantas outras correntes intelectuais. Segundo Maciel de Barros, é possível perceber três grupos dentro da intelectualidade brasileira durante a década de 1870: um “*cientificista*”,

adepto do positivismo, do evolucionismo e do *darwinismo* social; um “*liberal*”, ligado ao republicanismo e ao abolicionismo; e um “*conservador*”, associado à Igreja Católica.

O espiritismo manteve relações com estes três grupos, identificando-se com as causas republicanas e abolicionistas, dialogando com o cientificismo e opondo-se aos dogmas católicos. Na Europa, a partir de 1864, as obras espíritas passaram a ser incluídas no *Index Librorum Prohibitorum*ⁱⁱ pela Igreja Católica – mesmo ano de publicação do terceiro dos cinco livros básicos do espiritismo: *O evangelho segundo o espiritismo* – e a doutrina espírita negada como prática lícita ao fiel católico. Tal atitude fora resultado da postura conservadora da Igreja em relação aos avanços da dita sociedade moderna; um movimento de purificação da doutrina católica e reforço hierárquico da Igreja, repreendendo práticas que pudessem ser contrárias ao que o Vaticano determinava. Essa postura ficou conhecida como *ultramontanismo* e foi instituída pelo Papa Pio IX. O espiritismo passou a ser tratado pelo clero como charlatanismo, loucura e coisa do demônio e, por conseguinte, prejudicial a qualquer cristão ou pessoa sã.

No meio intelectual e científico, as opiniões se dividiram acerca do fenômeno espírita ser ou não fraude. Comissões científicas tentaram determinar a realidade de tais fenômenos, após realizarem experiências com médiuns; ou deslegitimar a doutrina nascente, que pretendia inserir-se não só no meio religioso, mas principalmente no meio científico, como uma nova teoria sobre a natureza do mundo. O espiritismo sofreu fortes críticas de diversos intelectuais e cientistas da época, bem como recebeu o aval de tantos outros também, e essa aceitação de uma parte da comunidade científica foi especial para a construção da identidade espírita. O espiritismo admitiu para si mesmo um *status* de ciência ou, pelo menos, de concepção científica.

No Brasil, a criação, em 1883, de um periódico espírita no Rio de Janeiro, *O Reformador*, levou a uma situação de preocupação, por parte do clero brasileiro, com a força e o desenvolvimento tomados pelo movimento espírita em terras tupiniquins. *O Apóstolo*, jornal carioca da Igreja Católica, travou severos debates contra *O Reformador* em uma verdadeira disputa pela legitimidade de discurso.

Em outro extremo, o saber médico tomou o espiritismo como objeto, formulando discursos para desacreditá-lo ou apreendê-lo a fim de formatar as implicações de sua prática na sociedade. “Veremos como, especialmente no período entre 1890 e 1940, o espiritismo torna-se alvo de preocupação para muitos médicos, que a partir de várias instituições e utilizando-se de vários meios vão formular teorias e acusações para explicá-

lo e deslegitimá-lo.” (Giumbelli, 1997^a, p. 33). Teses de faculdades de medicina, debates em instituições médicas, laudos médico-legais, denúncias, ações como essas promoveram um tipo de campanha contra o espiritismo que tomou forma legal com a instituição, em 1890, do Código Penal, associado ao nascente regime republicano. Sem grandes modificações em relação ao Código Criminal do Império, uma delas era a criminalização do espiritismo, determinada no artigo 157, em “Dos crimes contra a saúde pública” e “Dos crimes contra a tranqüilidade pública”:

[...]

Praticar o espiritismo, a magia e seus sortilégios, usar de talismãs e cartomancias, para despertar sentimentos de ódio ou amor, inculcar cura de moléstias curáveis ou incuráveis, enfim, para fascinar e subjugar a credulidade pública:

Penas – de prisão celular de um a seis meses, e multa de 100\$000 a 500\$000.

Parágrafo 1º Se, por influência, ou por conseqüência de qualquer destes meios, resultar ao paciente privação ou alteração, temporária ou permanente, das faculdades psíquicas:

Penas – de prisão celular por um a seis anos, e multa de 200\$000 a 500\$000.

Parágrafo 2º Em igual pena, e mais na de privação de exercício da profissão por tempo igual ao da condenação, incorrerá o médico que diretamente praticar qualquer dos atos acima referidos, ou assumir a responsabilidade deles.

[...]

O espiritismo, em base de um saber médico e legal, passou a ser acusado de charlatanismo, curandeirismo, loucura, prática perigosa à saúde pública, além de prática satânica e desvirtuadora do bom cristão. Diante desses discursos elaborados sobre sua doutrina, os espíritas buscaram meios de legitimar sua crença, demonstrando o valor não só religioso, mas também científico do espiritismo. Como forma de validá-lo diante de outras concepções religiosas como uma prática superior, mais evoluída.

3 O ESPIRITISMO POR SI MESMO: ciência do espírito

O espiritismo, como ciência, não pode estar ao alcance de todas as mentes, ademais sem o necessário cultivo. Como religião está acima de todo e qualquer sofisma (Evolução, 1937, p. 1).

Para o espírita, o espiritismo é uma religião, uma filosofia e, sobretudo, uma ciência. O espiritismo, desde sua codificação por Allan Kardec, pretendeu-se cientificamente plausível, admitindo sua doutrina como explicação para diversos

fenômenos, até então, não explicados pela ciência legitimada. A própria configuração do estudo espírita adotava toda uma formatação de estudos cientificistas, com apoio no experimentalismo, no método e na prova. A pretensão à cientificidade é a marca maior da identidade espírita.

Em suma:

- a – Os fenômenos espíritas são fenômenos naturais.
- b – O espiritismo é uma Ciência.
- c – O espiritismo é uma Religião.
- d – O espiritismo é uma Moral. (Pegureiro Da Fé, 1914).

A generalização do termo espiritismo no Brasil tornou maior o empenho dos espíritas em demonstrar a cientificidade de sua crença. Para o espírita, a fusão entre outras práticas espiritualistas e sua doutrina num mesmo termo nominativo não era válida, pois o espiritismo, diferente daquelas, pretendia possuir, em seu corpo doutrinário, um arcabouço científico.

[...] tudo é levado à conta do espiritismo, crença espiritual por excelência: feitiçarias, quiromancia, explorações de toda espécie, mesinheiros, curandeiros, amarradores, etc. [...]

[...] Longe de mim duvidar da boa fé de quem quer que seja! [...]

[...] Permita-se-me, porém dizer que o espiritismo não é nada disto e é coisa bem diversa desta. E não de desculpar a irreverência: há nestas cousas mais catolicismo do que espiritismo. [...]

[...] Quem escreve estas linhas já teve ocasião de processar um curandeiro e um feiticeiro.

[...] Sabem o que foi encontrado nas mãos desses infelizes? [...]

[...] Um deles, para as suas mandingas, usava de um Santo Antônio de pau, ridículo e sujo, com uns bentinhos, rosários, ossos, cabelos, etc. o outro não era menos amigo da Igreja e das cousas do culto; e se lhes fossem falar a ambos – do espiritismo, ficariam boquiabertos na ignorância do que fosse tal. (Pegureiro Da Fé, 1913) [...].

[...] Os escritores espíritas não cessam de chamar a atenção da ciência profana para uma ordem de fenômenos mal vistos a princípio por supostos sobrenaturais, porém, finalmente reconhecidos como obedecendo a outras leis cuja ação se verifica em planos superiores da natureza. Essa insistência, só por si, assinaria um caráter de inteira confiança nas bases sobre as quais se alçou o templo doutrinário da filosofia trazida a Allan Kardec, pelos mensageiros de Além-túmulo. Mostra o desassombro dos novos crentes, instigando a análise implacável de suas opiniões aos luminares do oficialismo científico, ordinariamente bafejadas pelo aplauso incondicional da credulidade pública.

[...]

Nisto, o Espiritismo difere em absoluto de todos os demais credos religiosos. Observando os adeptos das chamadas religiões positivas, notamos sem esforço, o horror mental que eles alimentam contra

quaisquer tentativas de investigação raciocinada que possa atingir dogmas aceitos na infância por imposições educativas [...] (Evolução, 1937, p. 2).

Percebe-se no texto acima uma relevante preocupação em diferenciar o espiritismo da prática de feitiçaria. O motivo era bem claro: a feitiçaria era condenável criminalmente pelo Código Penal da época. Ao mesmo tempo, o autor ensaia uma tentativa de ligar tais práticas ao catolicismo, citando artefatos usados pelo curandeiro ao qual se refere; objetos como imagens de santos, rosários, entre outros.

Para os adeptos do espiritismo kardequiano, o cientificismo pretendido de sua doutrina seria o grande diferencial, a maior característica que o distinguiria e defini-lo-ia diante de outras crenças e concepções. “*O Espiritismo está cientificamente demonstrado*” é a afirmação de W. Crookes, impressa nas capas do *Pegureiro da Fé*, era a premissa básica para o espírita definir sua doutrina como superior às outras, pois o espiritismo concebia-se racional. Codificado numa época em que os valores da ciência positivista eram determinantes para a legitimidade de um saber e a fé puramente religiosa, mal-vista, como uma concepção atrasada; o espiritismo tentava legitimar-se adotando uma união entre religião e ciência, fé e razão. O estudo espírita pretendia explicar sob o método cientificista do experimentalismo e da razão todos os ditos mistérios da fé. A dita ciência espírita buscava trazer para o campo religioso a formatação do rigor científico, trabalhando o campo espiritual a partir de noções calcadas nas ciências naturais da época: matéria protoplásmica, magnetismo, sintonias energéticas, entre outros conceitos que pretendiam manter esse diálogo entre religião e ciência.

Pela Europa e Estados Unidos, grupos de intelectuais e cientistas colocavam à prova do experimentalismo as ditas manifestações espíritas. Alguns concluíam que tudo não passava de uma fraude, às vezes voluntária, outras não. Entretanto, havia aqueles que se convenciam da veracidade do espiritismo e davam crédito à doutrina. Alguns destes eram figuras de renome mundial e seu aval intelectual foi, muitas vezes, arma contra os detratores do espiritismo; pois, se a doutrina de Kardec tinha a aceitação de grandes nomes da ciência e da intelectualidade, o mesmo não se podia afirmar de outras crenças, duramente atacadas pela postura anti-clerical do pensamento das Luzes. “Depois, as manifestações dos espíritos são comprovados pelo testemunho de sábios da estatura de Cezar Lombroso, William Crochês, Warle, Wallac, Aksac, Gabriel Delanne, etc.” (Pegureiro Da Fé, 1914).

Ao afirmar-se ciência, o espiritismo negava a natureza científica de todas as outras práticas espiritualistas que não se conceituassem dentro do campo significacional do espiritismo kardequiano. Na tentativa de delimitar o significado defasado do termo espiritismo, os espíritas mostraram-se rigorosos: o que não se encaixasse no corpo doutrinário sistematizado por Allan Kardec, e mesmo aqueles que se arrogassem espíritas, mas que, de alguma maneira, se “descaminhassem” da doutrina – esses não se caracterizariam como parte do que seria o real espiritismo.

O espiritismo pretendia para si o cientificismo e, como tal, precisava ser metódico. O que não se enquadrasse nesse método não poderia ser considerado espiritismo pelos espíritas kardequianos. “Não basta acreditar no espiritismo e nos espíritos para que qualquer se arrogue o direito de praticá-lo” (Evolução, 1937, p. 1).

Evitemos sobretudo essas sessões práticas, barulhentas, em que médiuns, pretensos médiuns, uns atuados por maus, outros pelo próprio espírito, dão da doutrina tão errônea noção, levando-a ao ridículo, que não deve macular as cousas santas.” (Pegureiro Da Fé, 1913).

Como se pode ver, o espírita considerava sua doutrina uma ciência, e excluía qualquer outra concepção religiosa que estivesse fora do corpo metodológico do espiritismo kardequiano. Buscava sua legitimidade a partir da afirmação do pretense caráter científico que o espiritismo apresentaria. Tomava emprestado do cientificismo do século XIX o formato metodológico da prova e do experimentalismo, e transportava-o para as sessões de evocação de espíritos e estudos da doutrina codificada por Kardec. Utilizava o aval de intelectuais convencidos da veracidade do fenômeno espírita como instrumento legitimador de sua crença tanto diante de outras práticas religiosas quanto diante da ciência legitimada, incrédula da realidade do espiritismo. Assim, o espiritismo buscava a aceitação de sua doutrina através da internalização de um formato próprio do cientificismo, e fazia-se, deste modo, uma religião com pretensões de ciência.

4 O ESPIRITISMO A PARTIR DO OUTRO: o jornal A Civilização

Será um erro, ilusão, charlatanismo, o espiritismo, ou uma realidade? Será uma prática inofensiva, lícita, boa necessária, ou banal, supersticiosa, perigosa, má e condenada? Eis o que ficará claro no correr destes artigos. (A Civilização, 1882).

Definir o espiritismo como prática boa ou má, necessária ou banal, lícita ou perigosa, esse era o objetivo dos artigos de A Civilização. No primeiro artigo, no número

81 do jornal, foi feito um esclarecimento sobre o que defendia o espiritismo, mostrando um conhecimento satisfatório do clero acerca da doutrina espírita.

O primeiro fato notável nas divagações de A Civilização sobre o espiritismo diz respeito à aceitação da realidade do fenômeno espírita: “O Espiritismo por conseguinte é uma realidade de que hoje não se pode duvidar”; afirmava A Civilização (1882). No entanto, isso era antes de tudo a aceitação do fato, não da doutrina. Para o clérigo, o espiritismo era uma interpretação errada de um fato real, pois “[...] se escutarmos o ensino da Igreja, é certo que essa hipótese de almas errantes e que se manifestam aos médiuns é um erro contrário à nossa fé” (A Civilização, 1882); o espiritismo estaria errado, pois contrariaria a verdade contida nos ensinamentos do catolicismo. A princípio, partindo dos preceitos católicos, A Civilização tentou demonstrar como o espiritismo “*fere o bom senso*” e “*é contraditório*” ao firmar uma doutrina que mantinha uma oposição aos fundamentos da crença católica.

Em números posteriores, entretanto, A Civilização iniciou uma série de artigos cada vez mais acusadores e radicais. Associando o espiritismo a doenças mentais, buscou fundamentação para seus argumentos no saber médico, especialmente na psicologia europeia que se desenvolvia, nesse momento, a partir da óptica da psiquiatria e das patologias mentais. Essa patologização do espiritismo se desenvolveu cada vez mais dentro do círculo médico até se tornar radical nas primeiras décadas do século XX. Então, de interpretação errônea, o espiritismo passava a prática perniciosa e perigosa para o bem-estar dos indivíduos, pois os levaria à loucura.

Censuram-nos porque acreditamos seja o diabo uma realidade, quer as páginas do Evangelho e as da história de todos os povos; mas ele (a Pacotilha) se não crê no diabo, sabe ao menos agora que o Espiritismo é coisa péssima e de perniciosos efeitos. Ao menos neste ponto estaremos d’acordo, isto é, que convém arredar o povo de tal pajelança; nós combatemos o espiritismo em seus efeitos – a loucura.” (A Civilização, edição de 10 de junho de 1882).

O suicídio e a loucura são os efeitos mais comuns do Espiritismo, e admira não se levante o espírito contra uma seita que traz conseqüências tão funestas. [...]

Ao católico bastará autoridade da igreja, que proíbe as sessões espíritas, mas qualquer homem sensato deve fugir de uma associação que produz o fanatismo, o suicídio e a loucura. [...]

Pois o Espiritismo não apresenta tanto descaro e bruteza, todavia seus efeitos são tais que ofendem a moral cristã e tendem a destruir a paz doméstica (A Civilização, 1882).

Se o Espiritismo possuía efeitos tão nocivos, fazia-se, então, necessário haver uma maior fiscalização sobre suas práticas, e A Civilização começou a exigir uma ação do governo no sentido de proibir as sessões espíritas.

As sessões espíritas são reuniões ilícitas e perniciosas. Podia e devia o governo dissolvê-las. Nelas estão alistadas pessoas de alto coturno, e daí o embaraço que a polícia encontra em dissolvê-las (A Civilização, 1882).

Como se vê, a trajetória dos artigos de A Civilização se iniciou com uma exposição clara e satisfatória em relação aos preceitos da doutrina espírita. Chegando, mesmo, a admitir a veracidade nos eventos ocorridos em sessões espíritas. Entretanto a iniciativa aparentemente amistosa começou a tomar rumos de acusação: primeiro, ao negar o espiritismo por antíteses entre sua doutrina e os preceitos católicos; depois, ao tomar posturas mais radicais de condenação do espiritismo como uma prática perigosa à saúde mental das pessoas e, por isso mesmo, carente de uma fiscalização do próprio governo.

O que se propõe é perceber como as relações que se deram entre o clero e os partidários do espiritismo configuraram-se como disputas por reconhecimento, por legitimidade de sua crença, o que, no caso, presumia a deslegitimação do outro. Tanto católico quanto espírita necessitavam, no momento, de um reconhecimento de sua fé como verdadeira. O primeiro, porque a Igreja passava por “transformações no sentido de fortalecimento de sua rede institucional e de um reforço de depuração da fé dos devotos” (Giumbelli, 1997b, p. 61), numa tentativa de livrar o catolicismo das práticas que o desvirtuaram em terras brasileiras, sendo o espiritismo um especial exemplo disso, com a configuração feita, no Brasil, entre essas crenças num só conjunto de práticas. O segundo, porque a cientificidade tão pretendida pelos espíritas à sua doutrina é a mesma cientificidade negada pelo ultramontanismo de Pio IX, a noção de progresso, de modernidade. O espiritismo balançava a bandeira de um anti-catolicismo, opondo-se sistematicamente à Igreja, considerando o catolicismo dogmático e atrasado, enquanto que a doutrina espírita se colocava como o natural avanço tanto científico quanto religioso ao tentar aliar razão e fé, ciência e religião, em seu corpo doutrinário.

A partir desses fatores, percebe-se o esforço por parte do clero maranhense em desacreditar os grupos espíritas que se formavam no Maranhão no final do século XIX. A propagação crescente da doutrina de Kardec, muitas vezes sob a forma de práticas terapêuticas, o que atraía também alguns católicos, preocupava a Igreja no sentido de afirmar sua legitimidade como crença verdadeira e dominante perante a população e

avançar o projeto de purificação da fé de seus devotos, enxertada de diversas práticas ilícitas ao fiel católico, principalmente por afirmar uma posição anti-católica.

O jornal *A Civilização*, criado em 1880, era mais um instrumento da Igreja, no período, para o decurso de seu projeto de reforço institucional e purificação da fé. Como tal, propôs-se a explicar, sob a ótica do catolicismo, o crescente fenômeno do espiritismo que arrecadava adeptos no Maranhão o suficiente para despertar o interesse da igreja em frear seus avanços, preocupando-se com seus efeitos sob a fé dos católicos. De tal forma, uma série de artigos foi escrita no intuito de mostrar o erro, a contradição e os efeitos perniciosos do espiritismo. Apenas um lado de uma disputa por legitimidade do sagrado entre católicos e espíritas que atravessou o fim-de-século e promoveu outros “*hercúleos debates*” entre os seguidores dessas duas doutrinas, sempre no objetivo de afirmar a própria fé a partir da negação da fé do outro.

REFERÊNCIAS

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A. 2003.

GIUMBELLI, Emerson. **O cuidado dos mortos: uma história da condenação e legitimação do espiritismo**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997.

_____. Heresia, doença, crime ou religião: o espiritismo no discurso de médicos e cientistas sociais. **Revista de Antropologia**. São Paulo: USP, 1997, p. 31-82.

ARRIBAS, Célia da Graça. *Afinal, espiritismo é religião? A doutrina espírita na formação da diversidade religiosa brasileira*. Dissertação (Mestrado em Sociologia), USP, São Paulo, 2008.

_____. Uma sociologia histórica do espiritismo. *Revista Brasileira de História das Religiões*, vol. III, n. 9, Maringá, 2011, p. 1-15.

MACHADO, Fátima. *A Causa dos Espíritos: Um estudo sobre a utilização da Parapsicologia para a defesa da fé católica e espírita no Brasil*. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião), PUC-SP, São Paulo, 1996.

RAMOS, Clóvis. **Luz no alvorecer: os primeiros passos do Espiritismo no Maranhão no Século XIX**. São Luís: [s.n.], 1954.

ⁱ O termo *kardequiano* ou *kardecista*, para o espírita, é considerado pleonástico, já que “espiritismo” seria um termo criado pelo próprio Kardec para designar a doutrina sistematizada por ele. De tal forma, não haveria outro espiritismo que não o de Kardec. Esse é um argumento espírita ligado à afirmação de sua identidade diante de outras práticas espiritualistas. É uma concepção nem sempre comungada pelos estudiosos. Nesta análise, foi usada a expressão “espiritismo kardequiano” para evitar ambigüidades.

ⁱⁱ Em tradução livre, “Índice dos Livros Proibidos”. Uma listagem de obras proibidas pela Igreja Católica, acusadas de perigosas à fé cristã. Sua primeira versão teria sido publicada pelas ordens do papa Paulo IV em 1559.